

# Estatais readmitirão 8 mil demitidos em 8 anos

SÃO PAULO — Pelos cálculos do Ministério do Trabalho, as empresas estatais serão obrigadas a readmitir até 8.000 empregados dispensados ao longo dos últimos oito anos, com base no decreto-lei 1.632, conhecido como lei de greve das estatais, de 1978. Os demitidos de 1978 a 1979 já foram beneficiados pela anistia do governo Figueiredo. A nova Constituição, por meio de seu Artigo 8º, parágrafo quinto, anistiou os trabalhadores do serviço público e de empresas de economia mista que fizeram greve e foram demitidos por força deste decreto. A exceção fica por conta dos funcionários de ministérios militares.

Um dia após a promulgação da nova Constituição, ontem, a Superintendência Regional do Serpro (Serviço de Processamento de Dados do Governo Federal) em São Paulo, recebeu e protocolou requerimentos entregues por 105 funcionários demitidos durante a greve da empresa, em agosto deste ano. Os requerimentos solicitam a reintegração dos demitidos com base na Constituição atual. “O Serpro e outras empresas estatais não podem dizer não a esses pedidos, mas certamente não querem dizer sim”, diz o advogado João José Sady, que redigiu os requerimentos. “Não há subterfúgio para a Constituição”. A direção do Serpro pediu prazo até o próximo dia 11 para “operacionalizar as readmissões”.

**Acordos** — Na próxima semana o Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia apresentará, à direção regional da Petrobrás,

cerca de 40 procurações de funcionários reivindicando a reintegração de mais de 50 trabalhadores demitidos durante uma greve nacional, em julho de 1983. A empresa realizou, somente no estado de São Paulo, 153 demissões no período, mas graças a um acordo político feito pelos sindicalistas da categoria, ligados ao PT, com o então candidato à presidência, Tancredo Neves, a maioria foi readmitida a partir de 1984.

Os empregados da Refinaria do Planalto (Replan), no município de Paulínia, porém, foram reintegrados a unidades da Petrobrás distantes até mais de 200 quilômetros da Replan. “Com base na Constituição, vamos exigir as reintegrações no local de trabalho de origem do empregado, isto é, aqui mesmo”, disse Carlos Miguel de Araújo, diretor do Sindicato de Campinas e Paulínia.

Com o passar dos dias, sindicatos e entidades associativas de empregados de empresas estatais multiplicarão os pedidos de readmissão. Há cerca de 20 dias, quando solicitado a interferir junto ao ministro Mailson da Nóbrega, pela readmissão de trabalhadores do Serpro, o então ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, confessou a seu assessor Marcelo Gato, que não iria se desgastar com um pedido assim. “A Constituição vai resolver esses casos de maneira natural”, afirmou Almir, hoje membro do Tribunal Superior do Trabalho. “Se eu interferir agora, outros 8.000 trabalhadores poderão vir me pedir a mesma coisa”, teria dito.